

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Nos últimos anos verificou-se um crescimento muito insuficiente da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Com efeito, na anterior Legislatura, o número de camas da referida rede subiu de 5.595, em 2011, para 7.759, em 2015, o que traduz um crescimento médio anual de 541 camas. Já nos últimos três anos, o número de camas subiu apenas para cerca de 9 mil, donde resulta um crescimento médio anual na ordem das 400 camas.

O próprio Prof. Manuel Lopes, que já há mais de dois meses se demitiu de Coordenador Nacional para a Reforma na área dos Cuidados Continuados Integrados e da Estratégia SNS + Proximidade, funções para as quais não foi até ao momento substituído, reconheceu, no final de 2018, que, *“passados estes anos, constatou-se que estávamos bastante aquém das metas”*.

Ao que se acaba de referir acresce o facto de, segundo as notícias vindas a público, o Estado estar a dever cerca de 6,4 milhões de euros às unidades de cuidados continuados relativos a aumentos de 2017 e 2018 que não foram ainda pagos até ao presente.

Em declarações publicadas na imprensa no passado dia 18, o Presidente da Associação Nacional de Cuidados Continuados, entidade que representa cerca de 20% do atendimento neste segmento, advertiu para o facto de que *“A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados corre o sério risco de entrar em colapso nos próximos meses ou durante o ano de 2019 devido ao encerramento de várias unidades”*, denunciando ainda *“um gravíssimo subfinanciamento [da RNCCI], que está a provocar prejuízos avultados na esmagadora maioria destas unidades, resultando em situações de salários em atraso aos colaboradores, dívidas à banca e a fornecedores”*.

Esta é uma situação totalmente inaceitável e que pode acarretar consequências gravíssimas, não só para os utentes do Serviço Nacional de Saúde que carecem de cuidados continuados, os quais já se encontram numa situação de especial vulnerabilidade, mas também para a própria

efetividade da integração dos cuidados de saúde, em particular no que se refere aos cuidados hospitalares e continuados.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, dirigir ao Ministro da Saúde, através de Vossa Excelência, as seguintes perguntas:

1. Qual é o montante exato da dívida, total e vencida, do Estado às entidades não públicas prestadoras de cuidados continuados integradas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados?
2. Quando pretende o Governo efetuar o pagamento da dívida referida na questão anterior e com que prazo?
3. Quando pretende o Governo nomear o novo Coordenador Nacional para a Reforma na área dos Cuidados Continuados Integrados?

Palácio de São Bento, 21 de janeiro de 2019

Deputado(a)s

ADÃO SILVA(PSD)

RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)

LUÍS VALES(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)